



Congresso da FIP

Qualidade e segurança dos serviços de saúde: uma discussão mundial



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, no Congresso da FIP, na Índia, entre lideranças farmacêuticas internacionais

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, participou, em Hyderabad (Índia), do **71 Congresso Internacional da FIP**. O evento foi realizado, de 3 a 8 de setembro de 2011, e reuniu cerca de 3 mil participantes, entre farmacêuticos, pesquisadores e lideranças profissionais de mais de 200 países de todos os Continentes. “A qualidade e a segurança dos serviços de saúde” foi o tema do central do Congresso, abordado em 50 diferentes itens sob as formas de seminário, palestras, workshops, fóruns, painéis e reuniões.

Souza Santos ressaltou que discutir, numa abrangência internacional, a questão da segurança dos serviços de saúde é oportuno e necessário. “Não se pode perder a qualidade de foco, sob pena de se comprometer a saúde de quem usa esses serviços”, alertou.

O Presidente do CFF disse que um evento com a magnitude dos Congressos da FIP é uma oportunidade ímpar para se debater os meios que levem ao fortalecimento do ensino de

Farmácia e da assistência farmacêutica praticada nas farmácias comunitárias, nos Países em desenvolvimento. “Os Congressos da FIP são momentos importantes para a Profissão Farmacêutica, em todo o mundo, vez que eles abordam temas atuais e de interesse internacional”, frisou.

Ele entende que deve haver uma pauta permanente dentro das organizações farmacêuticas internacionais girando em torno da busca da assistência prestada pelos farmacêuticos, nas farmácias. “As farmácias são espaços de saúde com uma capilaridade e capacidade de oferecer serviços com agilidade inacreditáveis. Estes aspectos precisam ser valorizados pelas autoridades sanitárias. Muitas vidas seriam salvas e muitas populações teriam uma melhor qualidade de vida, se as farmácias assumissem a sua condição de estabelecimento de saúde, tendo à frente o farmacêutico orientando os pacientes sobre o uso correto de medicamentos e prestando outros serviços no âmbito da atenção básica. As autoridades pre-

cisam, por um lado, dar importância aos serviços farmacêuticos e, por outro, cobrar a prestação desses serviços”, pediu Dr. Jaldo de Souza Santos.

Ele disse que a Federação Internacional de Farmacêuticos tem buscado governantes de todos os países para lhes mostrar os benefícios de se investir nos serviços farmacêuticos. O dirigente do CFF declarou que os resultados de ações de organizações como a FIP estão surgindo, ainda que apresente lentidão, em certos países.

Durante o evento, Souza Santos participou da reunião do Conselho Executivo da FIP (ele é membro do Conselho, no qual representa o Brasil) que, entre outros temas, discutiu o ensino farmacêutico, no mundo. O Presidente do CFF falou da experiência brasileira na área, marcada por profundas transformações, a partir de 2002, quando foram instituídas as Diretrizes Curriculares pelo Ministério da Educação (MEC).

As Diretrizes foram discutidas e elaboradas, ao longo das edições da Conferência Nacional de Educação Farmacêutica, realizada pelo CFF. Elas trouxeram um novo modelo de ensi-



Dr. Jaldo de Souza Santos é levado a conhecer a realidade da farmácia comunitária, em Hyderabad (Índia)



O Presidente da FIP, Michel Buchmann, e Souza Santos

no farmacêutico para o País. Depois de sua instituição, o Conselho Federal de Farmácia, graças a um acordo firmado com o MEC, passou a acompanhar o ensino farmacêutico e a gerar relatórios para o Ministério.

O CONGRESSO - Dentro da questão da segurança, o **71 Congresso Internacional da FIP** abordou subtemas, como "Farmacovigilância e informação medicamentos para aumentar a segurança do paciente"; "A cartilha sobre qualidade e segurança - construção e habilidades práticas", "Modelos farmácia comunitária de negócios: aspectos de negócios e financeiro da implementação e integração dos serviços farmacêutica - integração dos serviços de profissional com o negócio de uma farmácia", "Farmacogenômica em oncologia", "Mudanças regulamentares e legislativas em farmácia de todo o mundo", "OMS sobre drogas", "Sua carreira em farmácia industrial", "Comunicação - informações sobre medicamentos para pacientes", "Genéricos e a experiência do paciente: ações do farmacêutico em assegurar medicamentos seguros e eficazes", "Meio ambiente e farmácia", "Pesquisa clínica", "Questões atuais e populações vulneráveis: quais são as suas necessidades e como podemos responder a estas necessidades", "Envolvimento de farmacêuticos no controle da tuberculose", "Aprendendo com os erros, segurança e

monitoramento", "Medicamentos falsificados", "Segurança e gestão de riscos de medicação", "Construindo o serviço: técnicas e ferramentas para melhorar a qualidade e segurança", "Pergunte ao seu farmacêutico - imunizações em farmácia comunitária", entre outros.

CFF E FIP: HISTÓRICO - O Conselho Federal de Farmácia filiou-se à FIP, em 2000. O ingresso do CFF naquela mais alta corte farmacêutica mundial foi parte de uma política desenvolvida pelo Presidente Jaldo de Souza Santos, de estreitar laços com instituições farmacêuticas de todo o mundo como uma forma de romper fronteiras e aproximar o farmacêutico brasileiro da realidade técnico-científica internacional.

CRF-SC: uma bela história de 50 anos

As homenagens marcaram a solenidade de comemoração dos 50 anos de criação Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, realizada, no dia 31 de agosto de 2011. Autoridades, profissionais e representantes de entidades farmacêuticas participaram do ato, realizado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por iniciativa da Casa, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Autarquia em favor da Profissão.

O Vice-Presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, participou da solenidade. Ele proferiu um discurso, enfatizando a atuação positiva e transformadora do CRF catarinense no panorama da saúde, no Estado. Walter Jorge, também, destacou a contribuição dos representantes catarinenses no Plenário do Conselho Federal - os farmacêuticos Paulo Roberto Boff, Conselheiro Federal, e sua suplente, Anna Paula Batschauer -, além do integrante da Comissão de Fiscalização do CFF, Carlos Roberto Merlin. O dirigente do CFF agradeceu a Deputada Ângela Albino, pela iniciativa

Seis anos depois (em agosto de 2006), o CFF, em uma ação ousada, conseguiu trazer para o Brasil o **66º Congresso Internacional da FIP**. O evento foi realizado, em Salvador (BA), atraindo para a capital baiana cerca de 3 mil farmacêuticos, cientistas e lideranças profissionais de quase 200 países.

"Com a realização do Congresso da FIP, em Salvador, o Brasil entra na nobre rota dos mais destacados eventos farmacêuticos científicos do mundo, hoje, restrita praticamente aos Estados Unidos e Europa", disse, à época, o Presidente do CFF. Foi a primeira vez que um país latino-americano torna-se sede de um Congresso da Federação Internacional.



Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge João, discursa da Tribuna da Assembleia Legislativa: "CRF-SC transformou o panorama da saúde, no Estado".

de realizar o ato comemorativo aos 50 anos de criação do CRF-SC, na Assembleia Legislativa do Estado.

A Presidente do Regional, Hortência Tierling, definiu o empenho do CRF em favor da assistência farmacêutica e do fortalecimento da Profissão. "Ao zelar pela ética, o Conselho exerce, também, um importante papel social de fiscalizador da qualidade dos serviços e produtos que são oferecidos em todos os âmbitos de atuação dos profissionais farmacêuticos. É, desta forma, um guardião dos padrões mais elevados do exercício profissional, promovendo o bem-estar da sociedade", afirmou.



Prescritores de qualidade, um portal

O Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Walter da Silva Jorge João, reuniu-se, no dia 08 de agosto de 2011, com o Diretor do Departamento de Atenção Básica (DAB) da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Heider Aurélio Pinto, para discutir a criação de uma rede de colaboração para o uso racional dos medicamentos. Walter Jorge estava acompanhado do farmacêutico Luiz Marinho, Consultor da Superintendência de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde de Minas Gerais (SES/MG). Na oportunidade, apresentaram uma pesquisa exploratória com resultados qualitativos e quantitativos sobre os serviços prestados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos Programas de Saúde da Família (PSF).



Luiz Marinho explica que os dados obtidos na pesquisa realizada, nos Municípios mineiros de Contagem e Passos, servem de base para um projeto-piloto de um portal, na Internet, que será lançado, em breve, pelo CFF. "O Portal, chamado *Prescritores de Qualidade*, será construído com a colaboração de profissionais envolvidos com a saúde, nos Municípios, e, de forma interativa, deve criar uma rede de colaboração técnica e científica sobre o uso racional de medicamentos", explica Luiz

Marinho. Ele informa que o portal deverá ser lançado, ainda neste semestre.

O Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge, destacou a importância da iniciativa. "A melhoria dos serviços de saúde só é possível, com a participação de todos os profissionais envolvidos. A ideia de um portal com perfil colaborativo só tende a incentivar a participação de farmacêuticos e outros profissionais de saúde e, assim, promover uma melhoria geral nos serviços prestados à população", completou.

Anfarmag comemora seus 25 anos



Abertura da solenidade de comemoração aos 25 anos de criação da Anfarmag: assessor parlamentar João Roberto da Silva; a Presidente do CRF-SP, Raquel Rizzi; Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge João; Presidente da Anfarmag, Ademir Valério; Presidente da Farmacopéia Brasileira, Gerson Pianetti; e a Presidente da Fenafar, Célia Chaves

O Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge João, participou da comemoração dos 25 anos da Anfarmag (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais) e da instituição do Prêmio Paulo Queiroz Marques, durante o Fórum Magistral, no dia 8 de julho de 2011, no Expo Center Norte, em São Paulo. Ao cumprimentar Ademir Valério, Presidente da Anfarmag, disse que instituição que representa o segmento magistral, ao longo destes 25 anos, trabalhou, com muita competência, para qualificar os profissionais. "Hoje, mais de sete mil estabelecimentos magistrais empregam cerca de 15 mil farmacêuticos, e o segmento só tende a crescer", previu Walter João.



Congresso de Farmácia e Bioquímica, em Minas, discute do ensino aos serviços farmacêuticos



Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge: "Farmacêuticos tem grandes responsabilidades na saúde pública, neste País com dimensões continentais e múltiplas diferenças de renda, trabalho e cultura

O 11º Congresso de Farmácia e Bioquímica de Minas Gerais, realizado, de 13 a 15 de julho de 2011, em Belo Horizonte, alcançou a marca de 1.893 participantes. O número superou em mais de 60% os inscritos na edição anterior. Nos três dias de atividade, foram discutidos temas relacionados à atividade farmacêutica em todas as

suas áreas de atuação e perspectivas de mercado de trabalho, bem como a educação farmacêutica e possibilidades de seu aprimoramento, além da sua ação na saúde pública.

O Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF) Walter Jorge João, fez o discurso na solenidade de abertura do evento, destacando a res-

ponsabilidade do farmacêutico na saúde pública, neste País com dimensões continentais e múltiplas diferenças de renda, trabalho e cultura. "Prestar serviço de saúde, para o farmacêutico, muito mais que prover a sociedade de medicamentos, é assegurar que o seu uso esteja sendo feito com segurança e racionalidade. E temos cumprido nossa missão. Mas, ainda, há muito por fazer, pois a saúde pública, no Brasil, precisa ser, sim, de todos e para todos. E evoluir nesse campo significa, para nós, farmacêuticos, que a saúde preventiva sobreponha-se ao atendimento por demanda, e que a atenção farmacêutica possa ser aplicada em toda a sua integralidade", disse.

Além das mais de 70 palestras, cursos e mesas redondas, também foram realizados encontros setoriais com especialistas de várias áreas da Farmácia. Para o Presidente do 11º Congresso, Vanderlei Machado, o principal objetivo foi alcançado: capacitar os profissionais e valorizar a Profissão Farmacêutica. "Agradecemos especialmente ao Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, representado pelos seus diretores, conselheiros e funcionários que, nos últimos anos, vem acumulando importantes conquistas para a categoria farmacêutica", lembrou o Presidente do evento.

Quer saber o que se passa no universo farmacêutico brasileiro?

Visite a página do Conselho Federal de Farmácia na Internet
www.cff.org.br
e seja bem-vindo.





Lauro Moretto é o novo Presidente da Academia Nacional de Farmácia



Posse na ANF: Jaldo de Souza Santos, Presidente do CFF; Dirceu Barbano, Presidente da Anvisa; Lauro Moretto, o novo Presidente da Academia; Caio Romero Cavalcanti, Ex-Presidente da ANF; Roger Williams, Vice-Presidente Executivo da Farmacopeia Americana; Nelson Mussolini, Vice-Presidente Executivo do Sindusfarma; e Pedro Menegasso, Diretor do CRF-SP

Lauro Moretto é o novo Presidente da Academia Nacional de Farmácia (ANF). Ele tomou posse no cargo, na noite de 18 de agosto de 2011, em cerimônia realizada no Hotel Renaissance, em São Paulo. O seu mandato vai até 2013. Moretto fez um discurso emocionado de posse, lembrando trechos pontuais da história da ANF. "Esta distinção, que muito me honra, também, me impõe a responsabilidade de honrar nosso passado brilhante". Ele substituiu Caio Romero Cavalcanti, que assumiu a Vice-Presidência da entidade.

Já empossado, Lauro Moretto assinou a renovação do acordo entre a Academia e a Farmacopeia Americana, que trata da troca de informações e conhecimento em tecnologia científica na busca de novos medicamentos. Foi o seu primeiro ato como Presidente da ANF.

A posse do novo Presidente da Academia foi movimentada. Participaram da solenidade Dirceu Barbano, Presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Roger Williams, Vice-Presidente Executivo da Farmacopeia Americana; Caio Romero Cavalcanti, Ex-Presidente e atual Vice da ANF; Jaldo de Souza Santos, Presi-

dente do Conselho Federal de Farmácia (CFF); Pedro Menegasso, Diretor do Conselho Regional de Farmácia de São Paulo; e Nelson Mussolini, Vice-Presidente Executivo do Sindusfarma.

NOVA DIRETORIA - A nova diretoria da ANF é composta pelos seguintes farmacêuticos: Presidente: Dr. Lauro Moretto; 1º Vice-Presidente: Caio Romero Cavalcante; 2º Vice-Presidente: Jaldo de Souza Santos; Secretário-Geral: Acácio Alves de Lima Filho; 1º Secretário: Rogério Ribeiro Dias; Tesoureiro Geral: Dagoberto de Castro Brandão; Diretor Social: Gustavo Éboli; 1º Conselheiro Fiscal Efetivo: Márcio Antonio da Fonseca e Silva; 2º Conselheiro Fiscal Efetivo: Jurandir Auad Beltrão; 3º Conselheiro Fiscal Efetivo: Leon Rabinovich; 1º Conselheiro Fiscal Suplente: Júlio Lopez Queiroz Filho; 2º Conselheiro Fiscal Suplente: Nilce Cardoso Barbosa; 3º Conselheiro Fiscal Suplente: Terezinha de Jesus Andreoli Pinto.

A ACADEMIA - A Academia Nacional de Farmácia (ANF) nasceu, há 74 anos, para abrigar a intelectualidade e os expoentes das ciências farmacêuticas brasileiras. Foi fundada por uma comissão científica da Associação Brasileira de Farmacêuticos, em que

despontavam excelências, a exemplo dos professores Abel de Oliveira, Souza Martins, Malhado Filho, Pechold, Gerardo Magela Bijos. Alguns deles foram, depois, Presidentes da entidade.

O que pretendiam (nada diferente de outras academias) - era congregar na entidade as expressões da Farmácia, no País. A ANF, sempre, foi sediada, no Rio de Janeiro. Só em 1996, a entidade passou a ter sede própria, localizada à Rua da Lapa, número 120, salas 606/607 - Rio de Janeiro (RJ). O CEP é 20021-180. O telefone é (021)263-6441.

Para integrar a entidade como membro titular, o candidato terá que dar mostras de suas qualificações. Precisar ser submetido a provas e condições, como ser formado em Farmácia, há, no mínimo, 15 anos; já ter apresentado, no meio acadêmico ou profissional, trabalhos científicos no campo de sua atividade.

O candidato a acadêmico terá, ainda, que encaminhar à ANF um trabalho científico inédito e escrito. A entidade destacará uma comissão de três acadêmicos relatores para avaliar o trabalho do candidato que, em seguida, passará pelos critérios da avaliação de uma assembléia.



Dr. Jaldo de Souza Santos cumprimenta Dr. Lauro Moretto



Conselho Regional do Pará faz 50 anos, lembrando ações de vanguarda



Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge, e o Presidente do CRF-PA, Daniel Jackson

Foi evocando o trecho do Hino Farmacêutico que diz “Ergo os meus olhos bem alto / E contemplo a missão do saber / Que melhora a vida do homem / E com prazer o ajuda a viver” que o Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Walter da Silva Jorge João, iniciou o seu pronunciamento proferido durante a solenidade de comemoração do Jubileu de Ouro do Conselho Regional de Farmácia do Pará (CRF/PA), no dia 05 de Julho de 2011.

O dirigente do CFF convocou os presentes à seguinte reflexão: “Estes versos me fizeram refletir sobre nossa atividade. Qual a nossa verdadeira missão? Qual a importância do profissional da farmácia para a humanidade? Acredito que seja muito mais que promover a saúde. O farmacêutico, pela essência da sua atividade, é um

protetor de vidas. Nós cuidamos da saúde da população. Pensem nisso”.

A solenidade dos 50 anos do CRF-PA foi realizada na Estação das Docas, com a presença de autoridades, como o Secretário Estadual de Saúde, Hélio Franco; dirigentes da área da saúde e cerca de 400 convidados. Na ocasião, foram prestadas homenagens a personalidades que contribuíram para o fortalecimento da Profissão, no Estado.

O Conselho do Pará foi o primeiro Regional criado, no País, e, hoje, registra mais de dois mil farmacêuticos paraenses. Segundo o Presidente do Órgão, Daniel Jackson, o Conselho está entre os dez maiores do Brasil. Além disso, obtém o maior índice de fiscalização da Região Norte. “Nossa história tem sido escrita em cada exame, em cada medicamento manipulado, aferi-

ção de pressão, consulta farmacêutica, medicamento dispensado com orientação e, também, em cada aluno que busca o sonho de ser farmacêutico”, completou.

HOMENAGENS - Durante o evento, o Vice-Presidente do CFF, Walter João, recebeu duas medalhas: uma, por sua dedicação à Profissão, no Estado, durante seu mandato como Presidente do Regional; e a outra, como representante do Estado em Plenário do CFF. Entre as homenagens prestadas, estavam as Organizações Rômulo Maiorana, representadas por Pietro Maiorana, Executivo de Marketing; e Renata Sade, Gerente de Marketing dos jornais “O Liberal” e “Amazônia Journal”.

Para Daniel Jackson, o Jubileu de Ouro do Conselho Regional de Farmácia do Pará representa um avanço para a classe farmacêutica, que está mais forte, unida e ativa mas, também, para a sociedade, que passa a dispor de profissionais cada vez mais qualificados e comprometidos com a saúde pública.

CONQUISTAS - Muitas conquistas podem ser elencadas com a criação do CRF paraense. Entre elas, a posição vanguardista da entidade no exercício da assistência prestada pelos farmacêuticos, no Estado (100% das farmácias de Belém tem assistência plena). Somou-se a isso o fortalecimento da fiscalização, em todo o Estado, a promoção de cursos de qualificação técnico-científica marcam a realidade farmacêutica paraense.



Prêmio Dr. Jaldo de Souza Santos é entregue, na Paraíba

- Objetivo do Prêmio é estimular farmacêuticos comunitários a refletir e a desenvolver trabalhos intelectuais sobre o setor, sob a forma de artigos. expectativa é de que material gere informações sobre o segmento e seja disponibilizado como fonte de consulta. Prêmio é uma realização da Sociedade Brasileira de Farmácia Comunitária (SBFC).
- O Presidente da SBFC e Conselheiro Federal de Farmácia pelo Tocantins, Amilson Álvares argumenta que os farmacêuticos comunitários, são fontes inesgotáveis de informações. "Essas informações não podem ser desperdiçadas. Pelo contrário, devem ser compartilhadas com os colegas", pede.



Farmacêutica Renata Aubin Dias Saliba, de Vitória (ES), foi a vencedora do Prêmio Dr. Jaldo de Souza Santos



Farmacêutica Ana Carolina Sanzoni de Oliveira, de Uberlândia (MG), ficou com o segundo prêmio

As farmacêuticas Renata Aubin Dias Saliba, de Vitória (ES); Ana Carolina Sanzoni de Oliveira, de Uberlândia (MG), e Alice Ruthe Mazutti, de Gurupi (TO), conquistaram o primeiro, o segundo e o terceiro lugares na primeira edição do PRÊMIO DR. JALDO DE SOUZA SANTOS DE FARMÁCIA COMUNITÁRIA. Elas foram autoras de artigos que tiveram por tema a importância de campanhas desenvolvidas por farmacêuticos e adotadas pelas farmácias e drogarias, com vistas a agregar valor aos serviços e a fidelizar

clientes para os estabelecimentos, além de promover o bem-estar dos usuários de medicamentos.

Os prêmios foram entregues, durante a realização do **II Congresso Norte-Nordeste de Ciências Farmacêuticas** e Jornada Paraibana de Análises Clínicas, realizados, em João Pessoa (PB), de 3 a 6 de agosto de 2011, pelo Conselho Regional de Farmácia da Paraíba, em parceria com a SBFC (Regional da Paraíba).

As farmacêuticas vencedoras receberam troféus e cheques nos valores

de R\$ 2.500,00, R\$ 1.500,0 e R\$ 1.000,00. O Prêmio é uma realização da Sociedade Brasileira de Farmácia Comunitária (SBFC). A premiação contou com o apoio da Indústria Farmacêutica Merck.

FONTE DE CONSULTA - O Presidente da SBFC e Conselheiro Federal de Farmácia pelo Tocantins, Amilson Álvares, argumenta que o Prêmio Dr. Jaldo de Souza Santos veio para estimular os farmacêuticos que atuam no segmento da farmácia comunitária a refletir e a desenvolver trabalhos intelectuais sob a forma de artigos sobre o setor. A sua expectativa é de que os artigos gerem informações técnicas e científicas sobre o segmento e sejam disponibilizados como fonte de consulta para os farmacêuticos comunitários. O segmento da farmácia comunitária emprega mais de 80 mil farmacêuticos.

Álvares argumenta que os farmacêuticos comunitários, pelas diferentes experiências que vivenciam, no dia-a-dia de uma farmácia, são fontes inesgotáveis de informações. "Essas informações não podem ser desperdiçadas. Pelo contrário, devem ser compartilhadas com os colegas", pede.



Presidente da SBFC e Conselheiro Federal pelo Tocantins, Amilson Álvares: "Além das relevantes questões de saúde, os serviços farmacêuticos tem, ainda, o poder de fidelizar os clientes das farmácias".

O dirigente da SBFC chama a atenção para o fato de os farmacêuticos que atuam no setor comunitário apresentarem múltiplos serviços dentro dos estabelecimentos. "Além das relevantes questões de saúde, esses serviços tem, ainda, o poder de fidelizar os clientes", enfatiza.

O Presidente da SBFC aproveita para criticar a opinião "equivocada" de muitos proprietários de estabelecimentos, segundo a qual o farmacêutico é centrado apenas nas questões de saúde. "Esses proprietários acham que

bons serviços de saúde não dão lucro. Eles se enganam, pois são os serviços farmacêuticos, como a orientação sobre o uso correto do medicamento, a aferição da pressão sanguínea e o doseamento da glicose do paciente que fidelizam esse cliente. As promoções, por si, não são suficientes para criar o sentido de fidelidade", explica Álvares.

Contatos com a SBFC podem ser feitos pelo telefone (61)3223-0837. O endereço eletrônico é www.safc.org.br.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,

Congresso Norte-Nordeste de Ciências Farmacêuticas e Jornada Paraibana de Análises Clínicas



Farmacêuticos e estudantes de Farmácia de todo o País participaram, de 3 a 6 de agosto de 2011, no Centro de Convenções do Tropical Hotel Tambaú, em João Pessoa (PB), do **II Congresso Norte Nordeste de Ciências Farmacêuticas**, realizado paralelamente à **III Jornada Paraibana de Análises Clínicas**. O evento, organizado pelo Conselho Regional de Farmácia da Paraíba (CRF-PB) em parceria com a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC) Regional da Paraíba, é um importante divulgador da produção técnico-científica da Profissão farmacêutica.

Durante o Congresso, a Presidente do CRF-PB, Tereza Cristina Davi Marques, prestou uma homenagem à Diretora Secretária-Geral do Conselho Federal de Farmácia e Conselheira Federal pelo Estado de Rondônia, **Lérida Vieira**. **Paraibana natural da cidade de Souza, a Dr.ª Lérida, ao receber a homenagem** (uma placa), ressaltou o constante empenho do CFF

em fortalecer a participação dos farmacêuticos no SUS (Sistema Único de Saúde).

O FARMACÊUTICO E O SUS - "O farmacêutico é um profissional do qual o SUS não pode prescindir, porque ele é o responsável pela qualificação de todo o ciclo envolvendo o medicamento (da aquisição e armazenamento à dispensação). Sem a sua participação, continuaremos a registrar problemas graves, como desperdícios de medicamentos, não adesão do paciente ao tratamento, situação que resulta em reincidência ou agravamento de doenças e em hospitalizações desnecessárias, além de problemas relacionados ao uso do medicamento, como interações e efeitos colaterais. Sem contar que o farmacêutico é o núcleo irradiador da política de uso racional de medicamentos", disse Lérida Vieira à revista PHARMACIA BRASILEIRA.

A entrega da homenagem contou com a participação do Conselheiro Federal de Farmácia pela Paraíba, João Samuel de



Secretária-Geral do CFF, Lérida Vieira, posa com a placa de homenagem que recebeu do CRF-PB por sua atuação como diretora do CFF em defesa da participação do farmacêutico no SUS. "O farmacêutico é um profissional do qual o SUS não pode prescindir", declarou. Na foto, o Conselheiro Federal de Farmácia pela Paraíba, João Samuel de Morais Meira; a Presidente do CRF-RO, Ana Maria Pontes Caldas; Lérida Vieira e a Presidente do CRF-PB, Tereza Cristina Davi Marques

Morais Meira, e da Presidente do Conselho Regional de Farmácia de Rondônia, Ana Maria Pontes Caldas. Estavam presentes os Conselheiros Federais pelo Rio Grande do Norte, Lenira da Silva Costa, e pelo Paraná, Valmir de Santi; e de Nílson Carvalho Fernandes de Oliveira Filho (Suplente de Conselheiro pelo Rio Grande do Norte).

Durante a solenidade de abertura do Congresso, o Presidente da Sociedade Brasileira de Farmácia Comunitária (SBFC), **Amilson Álvares, Conselheiro Federal de Farmácia pelo Tocantins, fez a entrega do "Prêmio SBFC Jaldo de Souza Santos"**.



Interfarma propõe aproximação com CFF

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, recebeu, em seu gabinete, na sede do CFF, em Brasília, no dia 5 de Julho de 2011, o Presidente e o Diretor de Assuntos Econômicos da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Antônio Britto e Marcelo Liebhardt. Eles foram propor uma aproximação entre as duas instituições, com vistas à troca de experiências das duas instituições e à união de ações para fortalecer a atividade farmacêutica.

Fundada, em 1990, a Interfarma congrega 41 laboratórios instalados, no Brasil, dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento de medicamentos. Hoje, no País, as empresas associadas à Interfarma representam cerca de 55% do fatu-

ramento do segmento farmacêutico, o equivalente a R\$ 18,5 bilhões, e geram mais de 23 mil empregos diretos.

Disseminar o conceito de inovação como indutora do desenvolvimento econômico é parte da contribuição da Interfarma, no sentido de criar um ambiente que seja seguro, estável e propício para os investimentos. A indústria farmacêutica é responsável por um investimento anual médio de cerca de R\$ 252 milhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D) que aportam ao mercado, além de produtos, conhecimento, inovação tecnológica e os avanços necessários na área de medicamentos.

Pela jornalista Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF. Fonte: interfarma.

Uso de **fármacos**, durante a **gravidez** e a **lactação**

A Fundação Brasileira de Ciências Farmacêuticas (FBCF), vinculada ao Conselho Federal de Farmácia (CFF), e a Federação Pan-americana de Farmácia (Fepafar), com o apoio do CFF, estão oferecendo o curso (E-Learning) "Farmacologia e terapêutica: uso de fármacos, durante a gravidez e lactação". O curso tem duração de três meses e certificado oferecido pela Fepafar. Um dos seus principais objetivos é treinar e informar os farmacêuticos sobre as bases para uma terapêutica farmacológica racional, durante a gravidez e a lactação.

O curso inclui sete módulos sobre tópicos fundamentais para uma boa gestão farmacêutica da terapêutica farmacológica, durante a gravidez. Cada módulo estará disponível, em forma sequencial, num intervalo de 15 dias (duas semanas). Serão aplicados módulos, como "Fisiologia da gravidez e seus efeitos sobre a farmacocinética e a farmacodinâmica"; "Antibióticos de uso ambulatorial"; "Anti-hipertensivos, durante a gravidez e lactação" e outros.

No início de cada módulo, os inscritos receberão os conteúdos teóricos e o cronograma de atividades, incluindo



a data da auto-avaliação, sem a necessidade de estar conectado em horário pré-determinado. Ou seja, as leituras e aplicação de conteúdos serão definidas pelo aluno. Os módulos serão aplicados em língua portuguesa. Depois de inscrito, o farmacêutico não precisa instalar *software* ou apostilas. Basta apenas ter acesso à internet de alta velocidade.

Nomes como Fernanda Bellusci, Rodolfo Rothlin, Federico Daray e Wanda Nowak, todos argentinos, estão escalados para ministrar os módulos. O Coordenador do curso é o médico Mariano Nuñez (mariano.nunez@asamed.org.ag). O curso teve início, no dia 8 de agosto de 2011.



Marco Quintão é novo membro da Comissão Editorial



Marco Quintão



Gustavo Baptista Éboli



Márcio Antonio da Fonseca



Caio Romero Cavalcanti



Anselmo Gomes

A Comissão Editorial da revista PHARMACIA BRASILEIRA (PB) tem novo integrante. O farmacêutico Marco Quintão, Diretor de Relações Corporativas do Grupo Racine, foi convidado pelo Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, para integrar o grupo formado pelos Ex-Presidentes do Órgão, Gustavo Baptista Éboli e Márcio

Antonio da Fonseca e Silva; do Ex-Presidente da Academia Nacional de Farmácia, Caio Romero Cavalcanti; e pelo Professor da Faculdade de Farmácia da Unesp (Universidade Estadual Paulista) de Araraquara, Anselmo Gomes de Oliveira, Coordenador da seção "Infarma" da revista, que reúne trabalhos científicos enviados pela comunidade farmacêutica.

Hotsite da Anvisa debate descarte de medicamentos



Já está disponível o [hotsite](http://www.facebook.com/1/DAQAfYTjXAQCI0ky1R-3bp5QHRHvD32-VpKgGSSYrpFQji-w/189.28.128.179:8080/descartemedicamentos) da Anvisa - Agência Nacional e Vigilância Sanitária (<http://www.facebook.com/1/DAQAfYTjXAQCI0ky1R-3bp5QHRHvD32-VpKgGSSYrpFQji-w/189.28.128.179:8080/descartemedicamentos>) com informações sobre o descarte de medicamentos. O tema está sendo debatido pela Anvisa, os Ministério da Saúde e do Meio Am-

biente, setor produtivo e sociedade. O objetivo é propor uma solução para evitar que medicamentos que sobram, em casa, acabem no lixo comum, contaminando o meio ambiente e trazendo riscos à saúde.

Desde 2008, a Agência vem discutindo uma solução para estes problemas. Em 2010, com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos

(PNRS), o trabalho ganhou força. Até o segundo semestre, deverá ser apresentada proposta que permita o envio de medicamentos vencidos ou sem uso para o tratamento correto.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece que o setor produtivo, os usuários e o poder público tem responsabilidade compartilhada na definição de um destino correto aos produtos e aos bens de consumo, ao final de sua vida útil.

De acordo com a PNRS, o País terá regras para lidar com os resíduos que puderem ser reciclados. E os rejeitos, que antes poluíam o meio ambiente, como os medicamentos, passarão a ser tratados de forma ambientalmente adequada.

Até outubro deste ano, os grupos de Trabalho Temático, inclusive o de medicamentos, vão buscar construir um acordo amplo sobre o descarte. Além de medicamentos, os grupos de trabalho estão focados nos eletroeletrônicos, lâmpadas, embalagens, e com resíduos de óleos lubrificantes.



SUS: Decreto cria novo modelo de gestão

■ Medida define responsabilidades da União, dos estados e dos municípios.

A gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) será reorganizada, para garantir melhoria no acesso à saúde, em todo o país. Decreto da Presidente Dilma Rousseff, publicado no “Diário Oficial da União” do dia 29 de Junho de 2011, institui mecanismos de controle mais eficazes e instrumentos para que o Ministério da Saúde atue na pactuação e no monitoramento das ações realizadas na rede pública. Com isso, a perspectiva é que os serviços oferecidos pelo SUS ganhem em qualidade, proporcionando à população atendimento mais rápido e eficiente.

Construído, a partir de entendimentos com os Estados, por meio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde; com os municípios, através do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Decreto regulamenta a Lei Orgânica da Saúde, que entrou em vigor, em 1990.

Uma das mudanças introduzidas pelo Decreto é a criação do contrato de ação pública, que definirá as atribuições e responsabilidades, inclusive financeiras, dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal na prestação de serviços de saúde, o financiamento e as metas para cada ação.

Os contratos vão propiciar ao Ministério da Saúde a concessão de estímulos financeiros aos Municípios e Estados que tiverem bom desempenho nos programas e ações da saúde. “Estamos dando mais transparência à estrutura do SUS e garantindo maior segurança jurídica para que Municípios, Estados e União atuem, de forma harmônica e integrada”, detalha o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.



MARCO - Para o Ministro, a regulamentação é marco de um novo modelo de gestão do SUS. O Decreto inova, ao instituir política permanente de atendimento em rede, com serviços complementares para ampliar os benefícios aos usuários do Sistema. Exemplo desta nova dinâmica é a Rede de Atenção ao Câncer e Mama e de Colo de Útero, lançada, em março, que oferecerá prevenção, rastreamento e tratamento, de forma sistêmica, dentro de uma mesma região de saúde.

ASSISTÊNCIA REGIONALIZADA - O Decreto define e consolida o modelo de atenção regional, em que Municípios vizinhos deverão se organizar para ofertar atendimento de saúde às suas populações. Cada uma das 419 regiões identificadas deverá ter condições para realizar, desde consultas de rotina, até tratamentos complexos. Caso não haja capacidade física instalada, naquela região, para a execução de determinado procedimento, os gestores daquela rede tem de fechar parceria com outras regiões, que atenderão sua demanda.

“A nova lógica será implantada, por meio de um retrato geográfico da distribuição dos serviços de saúde, que será usado para apoiar o planejamento da saúde e a configuração dos contra-

tos de ação pública”, explica o Secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, Odorico Monteiro.

Como referência, os gestores terão a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde do SUS (Renases), que compreende todas as ações e serviços que o SUS oferece ao cidadão, e é revisada, a cada dois anos, e a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), que contém a lista de medicamentos indicados e custeados pelo SUS. O Decreto estipula que o acesso ao SUS tenha a atenção primária - executada nos centros e unidades básicas e pelas equipes do programa Saúde da Família, entre outros - como seu ponto focal.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Ministério da Saúde



Mefedrona é droga ilícita



A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) decidiu, no dia 2 de agosto de 2011, incluir a Mefedrona na lista de substâncias proscritas. Significa dizer que sua venda passa a ser proibida, no País. Assim que a Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa estiver publicada no "Diário Oficial da União", a comercialização da Mefedrona passará a ser crime, com o mesmo tratamento dispensado às outras drogas ilícitas.

A decisão de proibir a venda da Mefedrona partiu de entendimentos mantidos entre a Anvisa e a Polícia Federal. A Mefedrona vinha sendo utilizada para a produção de uma droga sintética, capaz de provocar euforia, hipertensão e delírios, além de levar seus usuários à condição de dependentes químicos, em curto espaço de tempo. Pelos dados da Polícia Federal, a nova droga sintética produzia nos dependentes químicos os mesmos efeitos da cocaína e do ecstasy.

Fonte: Imprensa Anvisa.

Farmacopeia

■ Brasil busca capacitação com Estados Unidos e referência comum no Mercosul

Especialistas da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e da Farmacopeia Americana assinaram, no dia 18 de agosto de 2011, um acordo para a realização de atividades de capacitação entre as farmacopeias brasileiras e americanas. O objetivo é trazer para o Brasil atividades de capacitação em áreas consideradas prioritárias pela Anvisa e pela equipe da Farmacopeia Brasileira.

Ainda neste semestre, pelo menos dois encontros deverão ser realizados entre especialistas brasileiros e norte-americanos. A Farmacopeia é o documento oficial de formulações, monografias e métodos utilizados no desenvolvimento, fabricação e análise de medicamentos. Trata-se de um documento estratégico para que o País tenha autonomia na produção de medicamentos.

O Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, acredita que há muitos espaços para que a relação entre as duas farmacopeias avance, mesmo com a diferença de estrutura existente entre os dois países. No Brasil, a Farmacopeia é coordenada pelo setor público. Já nos EUA, é uma atividade desenvolvida pelo setor privado.

A Farmacopeia Brasileira vem sendo publicada, desde 1929. A última edição, lançada, em 2010, está sendo impressa pela Fiocruz e já está disponível no site da Anvisa (www.anvisa.gov.br). Uma de suas principais atividades é o estabelecimento dos padrões que servem de modelo de qualidade para os medicamentos desenvolvidos pela indústria nacional.



FARMACOPEIA DO MERCOSUL

- Enquanto isto (em Agosto de 2011), em Foz do Iguaçu (PR), acontecia o 1º Encontro da Farmacopeia do Mercosul. Representantes das autoridades sanitárias do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina discutiram a elaboração de um documento para que o bloco econômico tenha regras comuns para a produção e análise de medicamentos e aquisição de insumos farmacêuticos.



O objetivo é elevar o padrão de qualidade dos medicamentos e dar mais força ao Mercosul na área da saúde. De acordo com a Diretora da Anvisa, Maria Cecília Brito, os quatro países juntos ocupam a 6ª posição mundial na compra de insumos farmacêuticos.

A Farmacopeia é o documento de referência para a aquisição e produção de medicamentos pelos laboratórios farmacêuticos. O documento do Mercosul vai aumentar a proteção dos países da região contra a importação de produtos de baixa qualidade.

"A existência de padrões semelhantes de qualidade, também, é um impulso para o desenvolvimento regional do complexo farmacêutico, nestes países, e terá um impacto direto no acesso da população aos medicamentos", explica Maria Cecília.

De acordo com Maria Cecília, a proposta é que a Farmacopeia do Mercosul produza resultados positivos para todos os países do bloco e que seja voltada para a produção dos medicamentos que interessam aos sistemas de saúde dos países-membros.



Reunião debate doação de medicamentos durante pesquisa

Técnicos da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) reuniram-se, no dia 18 de agosto de 2011, com pesquisadores ligados ao desenvolvimento de medicamentos, para debater como deve ser o acesso dos pacientes a drogas que, ainda, estão em fase de pesquisa. O assunto é de interesse no meio acadêmico e nas indústrias farmacêuticas e é tratado pela Consulta Pública 32 (CP 32/2011), da Agência.

A vantagem de regulamentar os procedimentos de doação de medicamento em linha de pesquisa é a possibilidade de oferecer moléculas novas para pacientes em estado grave e sem opção

terapêutica disponível. A CP 32/2011 aborda os dois formatos que são considerados para a doação de medicamentos aos pacientes: o Programa de Acesso Expandido e o Uso Compassivo de Medicamentos.

O Programa de Acesso Expandido é um conceito aplicado a um grupo de pacientes, participantes ou não da pesquisa. O medicamento necessita estar em fase III de desenvolvimento. O Uso Compassivo de Medicamento é a situação aplicada para um único paciente. Neste caso, o medicamento pode estar em qualquer fase de desenvolvimento clínico da pesquisa.



Atualmente, existe uma norma da Anvisa para o Programa de Acesso Expandido, a RDC 26/1999, que precisa ser atualizada. Para o Uso Compassivo, ainda, não existe regulamentação, no Brasil. A Consulta Pública propõe os critérios de eficácia e segurança de cada modelo. O documento também aborda a definição dos direitos e dos deveres do paciente, do patrocinador da pesquisa e do médico que prescreve a droga em desenvolvimento.

Fonte: Imprensa/Anvisa
(jornalista Ana Júlia Pinheiro).

BRICs discutem acesso a medicamentos

■ Ministros da Saúde do Brasil, Rússia, Índia e China reúnem-se, em Pequim, para aumentar acesso a medicamentos. Brasil propõe criação de uma Rede de Cooperação Tecnológica.

Pela primeira vez, os ministros da Saúde do Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul (os "BRICS") reúnem-se para discutir como ampliar o acesso a medicamentos. O encontro aconteceu, no dia 11 de Julho de 2011, no Ministério da Saúde da China, em Pequim. Na bagagem, o Ministro da Saúde do Brasil, Alexandre Padilha, levou a proposta de criação da Rede de Cooperação Tecnológica, que incentiva maior intercâmbio de informação e tecnologia entre esses Países. É interesse do Ministério da Saúde que mais indústrias sejam atraídas a produzir, no Brasil.

O documento engloba a implantação de um Banco de Preços e Patentes de Medicamentos, o que pode auxiliar o Brasil a aumentar o acesso a medicamentos, por conseguir reduzir o preço das compras. No primeiro semestre de 2011, o País economizou R\$ 650 milhões, ao adotar

um novo modelo nesta gestão, com a comparação de preços internacionais nas compras governamentais do Ministério.

O Ministério da Saúde pretende reverter a lógica de dependência do produto final estrangeiro e fazer com que o Brasil incorpore cada vez mais tecnologia. O objetivo é aumentar a capacidade nacional de fabricação de medicamentos e de outros itens que pesam desfavoravelmente na balança comercial. A incorporação tecnológica na produção nacional contribui para a ampliação do acesso e redução de vulnerabilidades quanto a oscilações no comércio internacional.

O acesso universal a tratamentos para a aids, tuberculose, malária e hepatites virais, entre outras doenças infecciosas - e, também, para as doenças não transmissíveis -, é um dos desafios que motiva a proposta brasileira. A aposta do Brasil no complexo industrial da saú-



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR
Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, quer maior intercâmbio de informação e tecnologia entre BRICs

de já desencadeou 28 acordos para a produção nacional de tratamentos para portadores de HIV, artrite reumatóide e Parkinson, por exemplo.

Com essas parcerias, 29 produtos passam a ser fabricados, no Brasil, o que deve por si só gerar uma economia de R\$ 400 milhões por ano. A produção de três desses produtos já começou: Tenofovir, Clozapina e Quetiapina. As parcerias representam a perspectiva concreta de ampliar o acesso da população a medicamentos e, ao mesmo tempo, reforçam o compromisso de enfrentar cada passo para o desenvolvimento tecnológico do País. O Brasil começa a mudar o seu posicionamento do mercado, passando a apostar em produtos mais competitivos, tecnologicamente.



Vacina contra dengue, em três anos?

■ A previsão é do Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa: “Esperamos que, daqui a três anos, o Brasil já tenha uma vacina contra a dengue”.

Três laboratórios estão realizando pesquisas sobre a vacina contra a dengue pelo Sistema Único de Saúde.



Três laboratórios estão realizando pesquisas sobre a vacina contra a dengue pelo Sistema Único de Saúde: Instituto Butantan, em parceria com o norte-americano NIH (National Institutes of Health); Biomanguinhos da Fiocruz, em parceria com a GSK; e laboratório francês Sanofi Pasteur. O Ministério da Saúde terá um grupo de trabalho para elaborar um plano de ação para acompanhar o processo de desenvolvimento, produção e implantação da vacina.

O grupo, também, será responsável, em conjunto com especialistas - pela definição de estratégias de vacinação, bem como a avaliação de seu impacto e monitoramento de eventuais efeitos adversos. Caberá ao grupo acompanhar a rea-

lização de estudos, junto a instituições de pesquisas nacionais e internacionais, que tenham por objetivo a revisão de informações sobre os inquéritos de soroprevalência, morbimortalidade e estudos ecoepidemiológicos sobre dengue, no Brasil.

O Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, explica que o Brasil apoia o desenvolvimento das três vacinas, tanto das duas brasileiras - Fiocruz e do Butantan -, mas, também, a que está em desenvolvimento pelo laboratório francês. Ele lembra que o fabricante internacional já está na fase de testes com a população, inclusive aqui no Brasil. “Esperamos que, daqui a três anos, o Brasil já tenha uma vacina contra a dengue”, observou.

Fonte: Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde (jornalista Mauren Rojahn).



Renato Araújo/ABR

Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, lembra que fabricante internacional da vacina já está na fase de testes com a população, inclusive, no Brasil

SUS tem assistência domiciliar

■ Ministério da Saúde amplia assistência a pacientes do SUS com possibilidade de terminar, em casa, recuperação ao tratamento hospitalar. Governo Federal garante recursos para o financiamento de 80% dos custos do serviço.

Os pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde), desde o dia 25 de agosto de 2011, passaram a ter acesso ao Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), que será prestado, na residência, e com a garantia de continuidade dos cuidados à saúde do paciente, graças à Portaria 2.029, do Ministério da Saúde. O SAD é substitutivo ou complementar à internação hospitalar e ao atendimento ambulatorial, com foco na assistência humanizada e integrado às redes de atenção disponíveis na rede pública de saúde.

“É melhor para o paciente terminar

a recuperação na casa dele, porque, ali, ele está em um ambiente humanizado, acolhedor e recebendo os cuidados de equipes profissionais capacitadas para dar continuidade ao tratamento”, explica o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. “Com a redução do período de permanência de pacientes internados, conseguiremos dar maior autonomia a eles e descongestionar os hospitais, liberando mais leitos para outros usuários do SUS”, completa o Ministro.

O Serviço de Atenção Domiciliar está inserido no contexto das Redes

de Atenção à Saúde do SUS, também, conhecidas como “Saúde Toda Hora”. De acordo com a Portaria 2.029, o SAD poderá ser oferecido aos pacientes com condições de concluir o tratamento em domicílio, conforme diagnóstico médico.

“Estamos dando um novo impulso para este tipo de assistência no SUS, integrada à toda a rede de atendimento, como as unidades básicas de saúde, as UPAs (Unidades de Pronto Atendimento



Várias



24 horas), o SAMU e a Estratégia Saúde da Família”, destaca o Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães.

QUEM TERÁ ACESSO - Pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica, por exemplo, poderão ser cuidados pelo Serviço de Atenção Domiciliar. De acordo com a Portaria que o criou, só não terão acesso ao SAD pacientes que demandem monitoramento ininterrupto (como aqueles que necessitam de ventilação mecânica), assistência contínua de enfermagem ou tratamento cirúrgico. Casos como esses deverão ter a internação hospitalar ou os cuidados ambulatoriais mantidos.

CUIDADORES - Os profissionais de saúde ou “cuidadores” do SAD serão or-

ganizados em Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que darão suporte às EMADs, quando necessário. Cada EMAD deverá atender, em média, a uma população de 60 habitantes e, também, poderá contar com o auxílio de profissionais que atuam no Saúde da Família.

As Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar farão visitas regulares às residências dos pacientes. Elas serão compostas por até dois médicos, até dois enfermeiros, um fisioterapeuta ou um assistente social e quatro auxiliares/técnicos de enfermagem. As EMADs atuarão, durante a semana e também aos sábados e domingos (em regime de plantão). Os equipamentos e materiais necessários para o trabalho das equipes deverão ser garantidos pelas unidades de

saúde do respectivo Município ou Estado aos quais as EMADs estão vinculadas.

FINANCIAMENTO - O Ministério da Saúde financiará 80% dos custos de cada Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar. Por mês, serão garantidos R\$ 34.560 para o custeio das EMADs, recursos que serão transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos municipais ou estaduais de saúde.

Para a habilitação do SAD, as secretarias de saúde deverão apresentar ao Ministério da Saúde o detalhamento do Componente Atenção Domiciliar inserido no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências. A previsão é que 250 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar estejam estruturadas até o final do ano. A meta é chegar a mil equipes até 2014.

XV CONGRESO DE LA FEDERACIÓN FARMACÉUTICA SUDAMERICANA
Diseñando el futuro, estrategia del mañana

2012

ACCYTEC
Asociación Colombiana de Ciencia y Tecnología Cosmética

Colegio Nacional de Químicos Farmacéuticos de Colombia

Farma Cosmética
VIII Congreso de Ciencias Farmacéuticas
XII Simposio Colombiano de Ciencia y Tecnología Cosmética
Cartagena de Indias - Colombia • Agosto 16, 17 y 18
www.fefas2012.com